

## FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL  
Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.PUBLISHER Luiz Fries  
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila  
SUPERINTENDENTES Carlos Fonce de Leon e Jadhil Brito  
CONSELHO EDITORIAL Fernando Diamant, Hélio Schwartzman,  
Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano,  
Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pessio Aride, Ronaldo Lemos,  
Thiago Amparo, Luis Fries e Sérgio Dávila (secretário)  
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Fatsu  
DIRETORIA EXECUTIVA Alexandre Bonacio (financeiro, planejamento  
e novas negócios), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais),  
João Cestari (tecnologia) e Marcelo Benes (comercial)

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

## Funções do Estado

Comparação global mostra que gasto público no Brasil é alto, mas prioridades devem ser revistas

Trabalho recém-divulgado pelo Tesouro Nacional traz dados capazes de contribuir para maior racionalidade no debate nacional. Ao comparar volume e destinação dos gastos públicos no Brasil com padrões internacionais, o relatório permite observar que aqui não falta Estado

— pelo contrário. Prioridades, porém, podem e devem ser revistas. Tomando como base o ano de 2021 e a metodologia desenvolvida pelo Fundo Monetário Internacional para padronizar estatísticas fiscais, a despesa brasileira nos três níveis de governo atingiu o equivalente a 42,7% do PIB no cálculo do Tesouro (isto é, 41,2% para o FMI).

Tais percentuais estão próximos da média dos países ricos para os quais há números disponíveis (45,5% do PIB) e bem acima da verificada entre emergentes (35,2%).

É fato que nossa cifra está inflada por um gasto anômalo com juros da dívida, o mais elevado do mundo, de 6,8% do PIB em 2021. Entretanto isso não impede que nos destaquemos em outras áreas. A despesa com proteção social é especialmente notável no Brasil, atingindo 16,3% do PIB naquele ano — desde então, aumentou ainda mais com a ampliação do Bolsa Família e os reajustes do salário mínimo. Tal patamar chega a superar o do mundo desenvolvido (16,2%) e está muito acima da cifra dos emergentes (10%).

Todo esse volume de recursos,

infelizmente, não é bem distribuído, o que compromete sua eficácia no combate à pobreza e à desigualdade. Os desembolsos com aposentadorias e pensões por morte, em particular, superam os de países mais ricos e de população mais velha, e não estão focados nos estratos mais carentes.

Seguimos o padrão global de dispendio público em educação, com alta de 4,5% para 5,2% do PIB de 2021 para 2022. Todavia gastamos relativamente pouco com ensino superior e ficamos abaixo da média geral no ensino básico.

Às despesas com saúde foram afetadas pela pandemia no período, passando pela primeira vez de 5% do PIB, menos que no mundo rico e mais que no emergente. Esse é um setor que demandará aumento de verbas com o processo de envelhecimento da população.

Causa espanto, por fim, que o Brasil esteja acima dos patamares globais de gasto governamental em ordem pública e segurança, com 9,6% do PIB. Isso se deve aos custos exorbitantes do Judiciário, de 1,6% do produto, nível sem paralelo entre as maiores economias. Tudo considerado, há várias frentes a atacar para que o Estado brasileiro cumpra a contento sua missão social com equilíbrio orçamentário — sem que a escalada da dívida pública continue drenando recursos e prejudicando o crescimento da renda nacional.

## Segurança, de novo

Lewandowski promete combater crime organizado, mas país ainda carece de plano efetivo para o setor

Ricardo Lewandowski, ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, assumiu seu novo cargo público, agora de chefe do Ministério da Justiça no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Como muitos de seus antecessores, apontou a área da segurança pública entre as suas prioridades.

É difícil imaginar que pudesse ser diferente. Faz tempo que o Brasil, convivendo com o espreitamento do crime organizado, coloca-se entre as nações mais violentas do mundo; em um ranking de 2021 elaborado pela ONU, o país encabeçou a lista global em número absoluto de assassinatos.

Se é verdade que os índices de homicídio estão em queda desde 2018, nem por isso eles atingiram patamar aceitável para a sociedade. Ainda pior: não se sabe o que fatores levaram a essa redução.

Faltam evidências e boas ideias nesse campo, sobram receitas enganosas, sobretudo quando a direita populista assume a dianteira desse debate: propostas como armar os cidadãos, estimular a truculência policial e endurecer as penas servem apenas para iludir certas faixas da população.

Pouco ajuda que, neste século, tenha prevalecido a falta de continuidade das políticas para o setor.

Desde o ano 2000, foram nada menos que nove planos de segurança pública — ao menos um para cada novo mandato presidencial. As falhas sucessivas levam autoridades a buscar soluções até onde elas jamais estarão. Foi esse o caso da ideia, adotada por Lula em sua campanha, de desmembrar a pasta da Justiça para conferir maior prioridade à segurança pública.

Paradoxos como essa podem até animar a plateia, mas, no que diz respeito ao problema, são estereótipos. Medidas relevantes demandam muito mais que simples mudança de nome; exigem planejamento, e, por que não dizê-lo, coragem. Pois não é simples liderar projetos em prol da descriminalização das drogas e da redução do encarceramento, mas, sem tais ações, o combate ao crime organizado parece fadado à derrota — é precisamente dentro das prisões que as facções recrutam seus soldados.

Não se trata de tarefa exclusiva dos governos. Congresso, Judiciário e sociedade como um todo precisam entender que tais alternativas têm sido adotadas com sucesso em outros países. Por mais que haja muita ingenuidade e integração das polícias, cedo ou tarde o Brasil terá de encerrar o debate mais difícil.



## Judeus contam?

Hélio Schwartzman

Instado por um amigo, I'll see Don't Count ("judeus não contam"), de David Baddiel. O livro, de 2021, é interessante, mas foi escrito e publicado na hora errada. Boa parte dos esforços do autor se destinam a flagrar casos de antissemitismo, que se tornaram muito mais frequentes e escancarados depois do ataque terrorista do Hamas de 7/10/23 e da subsequente guerra em Gaza, que vai deixando um número obscuro de civis palestinos mortos.

Nos EUA, tivemos a novela em torno de Harvard. Por aqui, houve a defesa que o petista José Getulio fez de um boicote a empresas de judeus. O supracitado do antissemitismo é responsabilizar todos os judeus pelas ações de Israel. "Mutatis mutandis", seria como punir todos os brasileiros pelos ditos e feitos de Bolsonaro.

Sem tantos casos gritantes, Baddiel teve de buscar manifestações mais sutis. Gostei particularmente de sua investida sobre o universo do "casting". Tentei, nos dias de hoje, encontrar um ator branco para representar

personagem negro, ou um cis para fazer um trans, ou um não gay para viver um homossexual. A reação de indignação será imediata. Já pôr um ator não judeu para fazer papel de personagem judeu é não apenas aceitável como frequente.

Baddiel diz — esse é um ponto que poderia ter desenvolvido mais — que seus comentários se restringem às redações dos chamados progressistas com os judeus. É a esquerda que, em sua opinião, vem se tornando cada vez mais antissemita. Em outros meios, encontramos outros preconcitos. Em aeroportos e na mídia "mainstream", por exemplo, árabes e islâmicos é que tendem a ser o objeto de desconfiança.

Foi divertido ler "Jews...". (Baddiel é comediante), mas receio que ele não responda à pergunta fundamental. Como, em poucas décadas, judeus passaram, na visão dos ditos progressistas, de protótipo da minoria perseguida a odiado grupo opressor? Tenho algumas intuições, mas nada perto de uma resposta.

heliog@uol.com.br

## Nisia engoliu um nome de Lira

Bruno Boghossian

Nisia Trindade resistiu à gáula do cenário no primeiro ano de governo. Há poucas semanas, a ministra da Saúde renovou seus votos: defendeu o critério de distribuição de verba da pasta, abo de fúria do bloco, e fez uma exibição de autoridade ao dizer que nunca a recebeu "sem uma pressão para nomeação de cargo".

O cargo mais cobiçado pelo cenário é o de Nisia. Com o apoio de Lula, ela evitou que a Saúde fosse entregue aos partidos do grupo. Mas o bloco lançou uma barreira para ficar com um posto estratégico na pasta, num episódio que o ministério preferia abafar.

O governo seguiu um afilhado do presidente da Câmara, Arthur Lira, no comando da superintendência do Ministério da Saúde em Alagoas. Com o padrinho que tem, Carlos Casado foi um dos únicos chefes de escritórios estaduais da pasta que sobreviveram à transição de Jair Bolsonaro para Lula.

A permanência de Casado é um exemplo nítido das relações entre o governo e o cenário. Ele chegou

a ser demitido em 9 de fevereiro de 2023. Quatro dias depois, Nisia assinou uma portaria que reverteu a exoneração. Integrantes do governo dizem que Lira entrou em campo para mantê-lo no cargo. O Planalto achou melhor evitar uma crise prece que o presidente da Câmara.

As superintendências estaduais gerenciam contratos do Ministério da Saúde com ONGs, empresas e universidades — ferramentas cobiçadas devido à influência que têm nas bases eleitorais dos parlamentares.

Casado chegou ao cargo em 2017, como chefe de divisão. Foi promovido a superintendente em 2019 e ficou no posto desde então. Antes disso, atuou como gerente na rede de salas de cabeleireiro de sua família. Seu pai é um dos diretores da Codevasf, também apadrinhado por Lira. O Ministério da Saúde não quis comentar a participação de Lira na indicação. Só informou que a nomeação de superintendente "é de competência exclusiva do titular da pasta". Carlos Casado não respondeu às perguntas feitas pela coluna.

## Romântica de Cuba

Ruy Castro

Em coluna recente, "Quem traiu o quê e com quê" (ss/), falei de compositores consagrados por um ritmo de música — digamos, Rita Lee, a rainha do rock — que às vezes o "traíam" com outro ritmo. E dei como exemplo que "Mania de Você", marca registrada de Rita, era um bolero. Leitores estranharam e um deles escreveu: "Incrível, nunca tinha pensado nisso".

E se eu lhe dissesse que não apenas "Mania de Você", mas "Caso Sério" e "Baila Comigo", outros sucessos de Rita, também são boleros? A letra de "Caso Sério" até cita a orquestra Românticos de Cuba, cujos discos de boleros animaram milhares de festas de apartamento nos anos 1960. Ninguém sabia então que os Românticos de Cuba não existiam — eram a Orquestra Tabajara, de Severino Araújo, sob pseudônimo.

O surpreendente talvez seja descobrir que a estrela de um gênero tão rebelde e contestador como o rock, cedeu ao tédio e Brasil terá de encerrar o debate mais difícil.

considerado careta e cafona, e que, nos anos 1970 e 1980, já se julgava morto. Mas não estava, e não foi só Rita. Também eram boleros outros clássicos daquele tempo, como "Dois Pra Lá, Dois Pra Cá" de João Bosco e Aldir Blanc, "Meu Bem, Meu Mal", de Caetano Veloso, "Começar de Novo" e "Bilhete", ambos de Ivan Lins e Victor Martins, "Até Quem Sabe" e "Simples Carinho", de João Donato, "Anos Dourados", de Tom Jobim e Chico Buarque, "Bye bye, Brasil", de Roberto Menescal e também Chico, e "Voltemos" e "Sob Medida", só de Chico.

E quem vai acreditar que a demolição do disco de Eumir de Almeida para "Also Sprach Zarathustra", de Richard Strauss, tema do filme "2001: Uma Odisseia no Espaço" e? e agar para Eumir na parada da Billboard em 1973, era, graças a ele, um... baile?

O surpreendente talvez seja descobrir que a estrela de um gênero tão rebelde e contestador como o rock, cedeu ao tédio e Brasil terá de encerrar o debate mais difícil.

## A vez da pós-informação

Muniz Sodré

Professora emérita da UFRJ, autora entre outros, de "Pensar Negro" e "Fetiche do Gênero" e "Imagens"

Agora que boato, rumor e fake news, cartazes vicissitudes do jogo político, ganharam status oficial de ameaça às eleições, vale reexaminar o estatuto do falso. Ponto de partida é a suspeita de jornalistas americanos de que a investigação aprofundada sobre fake news possa contribuir para fortalecê-las, na medida em que a busca da refutação não vá além da própria internet, seu berço. Resumo da situação: como pode a mentira desmentir-se?

No século 17, o moralista francês La Bruyère descomplicava a questão: "O contrário das notícias progressistas, que correm contínuas ser a verdade" ("Le contraire des bruits qui courent, c'est souvent la vérité"). Tempo depois, a lógica pediu a palavra. O inglês Conan Doyle pôs na boca de seu Sherlock Holmes que "quando se elimina o impossível, o que fica, por mais improvável, é a verdade".

Com La Bruyère, notícia era ruído, longe da verossimilhança que a imprensa moderna elevaria a regra profissional. Fato de e boato foram logicamente correlatos, mas sem abolição moral. A famosa e falsa narrativa radiofônica de invasão alemã, eficientemente combatida, não impediu Orson Welles de despotar para a glória.

A questão atual, em que mentiras deep-fake são linguagem de outra realidade, superposta ao real histórico. Na rede, a substância do que se diz não pertence à consciência psicológica, mas à potência lógica da máquina, que a ultrapassa. Verdade é de menos, basta a aderência tática do sujeito. O que vigora na empiria científica, assim como no senso comum ilustrado, é a verdade positivista dos fatos. De certo modo, entretanto, a rede refaz o mundinho de La Bruyère, onde bastaria colocá-se ao contrário dos rumores para encontrar um evento moralmente plausível.

Hoje, é insuperável a desigual realidade externa, da qual se tenta fugir. Os fatos escarameiam a consciência comum, fazendo da mentira droga de escape. Verdade é fumaça off-line, cara ao espírito liberal, mas reclama hipocrisia na política eleitoral.

Desinformação não é mais palavra-chave: o tempo é de pós-informação, o mais puro e obscuro controle social. Não há limites para a inteligência artificial generativa, já é banal desconstruir a coerência factual pela fragmentação das acontecimentos, redefinindo notícia como qualquer postagem online que cada adicto está livre para alimentar na mídia social com seu pedacinho de letrada moral.

Saber que informação online é o caso do sentido do menos relativa a falatório, em favor de contramedidas cívicas. Na real, Moraes cobra a regulação e centralização nos serviços, quer saber se é de creme ou de chocolate.